

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.034 - SP (2018/0335911-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ELZA BEZERRA DA COSTA
AGRAVANTE : MARCIA STEFANI PRADO
AGRAVANTE : VERA LOPES GARCIA
AGRAVANTE : VERA LUCIA GORNI
AGRAVANTE : YVONE VARESCHE
AGRAVANTE : ZULMIRA MERUSSI NEIVA
AGRAVANTE : MARIA ISABEL RUGGIERI SALMERON
AGRAVANTE : CARMEN ALAMINO
AGRAVANTE : LAUDICEA MATTOS DA SILVA
AGRAVANTE : SUELI LONGHI BITENCOURT
AGRAVANTE : MARILIA MARINI DOS SANTOS
AGRAVANTE : RAQUEL BORBA DA SILVA
AGRAVANTE : NILSA DIAS CHAVES POLETTI
AGRAVANTE : OSCAR PAGANI
AGRAVANTE : ROSA MARIA PLANAS BOTTURA
AGRAVANTE : RUBERVAL GOMES DA SILVA
AGRAVANTE : SONIA MARIA LUSTRE GRECCA
AGRAVANTE : SONIA MARTA DE CAMPOS DAMHA
AGRAVANTE : NEYDE FURLANI SERNA
AGRAVANTE : ROSIE MARIE CERONI SOUZA BUENO
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA PIMENTEL
AGRAVANTE : DIRCE BELENTANI ROMAO DA ROCHA
AGRAVANTE : APARECIDA VILLALON MARTINS
AGRAVANTE : MIDORI KOMATSU
AGRAVANTE : NAIR MOTA DE LIMA
AGRAVANTE : MARIA ONDINA CORREA NICOLIELO
AGRAVANTE : ESTHER COUTINHO PEREIRA
AGRAVANTE : MARIA INES DE CARVALHO VILA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA PEREIRA
AGRAVANTE : NILZA PINTO MONTEIRO
AGRAVANTE : SUGUKO SHIMAOKA
AGRAVANTE : ALDA PAGANOTTO
AGRAVANTE : TEREZINHA DOS SANTOS CABRAL DE PAULA
AGRAVANTE : NEILA BARBOSA
AGRAVANTE : NEUSA RODRIGUES DE AZEVEDO
AGRAVANTE : IVANIRA LOMBARDO RIGAMONTI
AGRAVANTE : CELY APPARECIDA FARIA SPINA
AGRAVANTE : HILDA ARTILHEIRO FIGUEIREDO
AGRAVANTE : ELIZABETH VARGAS
AGRAVANTE : AGENOR ANTONIO JENSEN
AGRAVANTE : MAGALI NUNES
AGRAVANTE : MARICILDA FATIMA CAMELO RICCI
AGRAVANTE : MARIO TAKASHI URYU
AGRAVANTE : MAGALY GIANNONI ALVES LIMA
AGRAVANTE : SUELY RAMOS BELLO

AGRAVANTE : ODAIR NUNES DE SOUZA
AGRAVANTE : ORACY GORSKI DAMACENO
AGRAVANTE : MARIA ELIZABETH SALLA DIAS
AGRAVANTE : VERA LUCIA ZAMBOM DE LIMA
AGRAVANTE : SONIA MARSON
AGRAVANTE : TATIANA SOARES DE SIQUEIRA
ADVOGADO : TATIANA SOARES DE SIQUEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP267298
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : GRAZIELLA MOLITERNI BENVENUTI E OUTRO(S) -
SP319584

DESPACHO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Elza Bezerra da Costa e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 38):

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA nº 0010637-12.2004.8.26.0053 ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - Indeferimento do benefício Manutenção do decism - Litisconsórcio ativo integrado por cinquenta (50) coautores - Rateio de custas que não pode ser considerado exorbitante, seja sob o ponto de vista econômico ou da contraprestação do serviço - Ausência de comprovação da alegada hipossuficiência. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Pretensão ao arbitramento de honorários advocatícios em sede de execução de sentença proferida em mandado de segurança coletivo Descabimento Inexistência, por ora, de impugnação por parte da FESP - Exegese do artigo 85, parágrafo 7º, do NCPD Decisão mantida Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, os recorrentes alegam, em síntese, ofensa ao art. 85, caput, §§ 1º e 2º, do CPC/2015, bem como à Súmula nº 345/STJ, sustentando que seria devida a fixação de honorários advocatícios na execução individual de sentença proferida em ação coletiva (mandado de segurança coletivo).

Ademais, aduzem que houve violação ao art. 98 do CPC/2015 ao argumento de que fariam jus ao benefício da gratuidade da justiça.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 124/127.

Em 21/03/18, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial ao argumento de que "os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do v. acórdão combatido que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo, tampouco ficando evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas, isso sem falar que rever a posição da Turma Julgadora importaria em ofensa à Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça" (e-STJ fl. 128).

Nas razões do agravo, os agravantes impugnaram os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Sem contraminuta ao agravo em recurso especial.

É o relatório. Decido.

Considerando que a matéria relativa ao cabimento de honorários advocatícios na execução individual de sentença proferida em ação coletiva foi afetada por esta Corte Superior para ser julgada pelo rito dos recursos repetitivos (Tema nº 973), tendo sido determinada a suspensão de todos os processos no âmbito nacional, conforme decisão publicada em 11/05/17.

Considerando que o juízo de admissibilidade do recurso especial foi realizado pelo Tribunal de origem em 21/03/18, ou seja, após a afetação da matéria.

Considerando que o tema já foi julgado por este Tribunal, nos termos do acórdão publicado em 27/06/18, tem-se que deveriam ter sido observadas as regras previstas no art. 1040 do CPC/2015 antes do envio dos autos a este Tribunal Superior.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que sejam adotadas as providências previstas no art. 1040 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator